

CONCURSO PÚBLICO/PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

EDITAL DE CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSO SELETIVO Nº 14/2009

ANEXO 4

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

1. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DOS CONCURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

1.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos. Coesão e coerência textuais. Ponto de vista e argumentos. Inferências. Denotação e conotação. Polissemia e substituição vocabular.

Discurso direto e indireto. Passagem de um tipo de discurso para o outro.

Relação entre fonema e letra. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Emprego de minúsculas e maiúsculas. Estrutura e formação de palavras.

Identificação, emprego e flexão das classes gramaticais. Frase oração, período e seus termos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Coordenação e subordinação. Pronomes relativos. Pontuação.

Bibliografia

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **A nova Gramática do Português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

FERREIRA, Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

1.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO

Concurso C.01/09

Programa e Bibliografia

MARAU. **Lei Orgânica do Município de Marau**, com as alterações das Emendas de números 01 a 11.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988**, com as alterações das Emendas Constitucionais publicadas até dezembro de 2008.

Título I – Dos Princípios Fundamentais – art. 1º ao 4º;

Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais – art. 5º ao 17;

Título III – Da Organização do Estado – art. 18 ao 41;

Título VI – Da Tributação e do Orçamento – art. 145 ao 169;

Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira- art. 170 ao 192;

Título VIII – Da Ordem Social – art. 193 ao 232.

MARAU. **Lei Municipal n.º 4.130, de 15 de dezembro de 2007**, que dispõe sobre o Plano Classificado de Cargos e Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Marau, com as alterações das **Lei Municipais nºs 4.219**, de 06 de setembro de 2007; **4.250**, de 21 de novembro de 2007; **4.284**, de 26 de dezembro de 2007; **4.310**, de 17 de abril de 2008 e **4.325** de 14 de maio 2008.

MARAU. **Lei Municipal n.º 1.402, de 18 de maio de 1990**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Marau e dá outras providências, com as alterações ocorridas até setembro de 2008.

1.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO

Concursos C.02/09 a C.07/09

Programa e Bibliografia

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988**, com as alterações das Emendas Constitucionais publicadas até dezembro de 2008.

Título I – Dos Princípios Fundamentais – art. 1º ao 4º;

Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais – art. 5º ao 17

Título III – Da Organização do Estado – art. 18 ao 41;

Título VI – Da Tributação e do Orçamento – art. 145 ao 169;

Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira- art. 170 ao 192;

Título VIII – Da Ordem Social – art. 193 ao 232.

MARAU. **Lei Orgânica do Município de Marau**, com as alterações das Emendas de números 01 a 11.

MARAU. **Lei Municipal n.º 4.130, de 15 de dezembro de 2007**, que dispõe sobre o Plano Classificado de Cargos e Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Marau, com as alterações das Lei Municipais nºs **4.219**, de 06 de setembro de 2007; **4.250**, de 21 de novembro de 2007; **4.284**, de 26 de dezembro de 2007; **4.310**, de 17 de abril de 2008 e **4.325** de 14 de maio 2008.

MARAU. **Lei Municipal n.º 1.402, de 18 de maio de 1990**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Marau e dá outras providências, com as alterações ocorridas até setembro de 2008.

MARAU. **Lei Municipal n.º 3.691, de 20 de agosto de 2004**, que dispõe sobre o plano de carreira do Magistério Público Municipal.

1.4. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DAS PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Concurso C.01/09- Auditor de Controle Interno

Programa

Administração Pública:

Conceitos: administração direta e indireta. Lei de Responsabilidade Fiscal: Principais normas constitucionais e legais; conceitos e cálculos referentes aos demonstrativos obrigatórios.

Orçamento Público: conceitos; tipos; princípios orçamentários; aspectos constitucionais e legais vigentes; fases do processo orçamentário; Créditos Adicionais.

Controles Interno e Externo e as Contas Governamentais: controle interno; controle externo; tomada e prestação de contas; prazos nos processos de tomada e prestação de contas.

Licitação Pública: conceito; princípios; editais; modalidades; prazos; dispensa e inexigibilidade; contratos: publicação, alterações, inexecução ou rescisão; pregão.

Contabilidade Pública:

Conceito; objetivos; campo de aplicação; regimes contábeis. Elementos e classificações patrimoniais, avaliação e variações patrimoniais.

Plano de Contas e Sistemas: conceitos; elencos de contas; sistemas de contabilidade pública e prática de escrituração; encerramento de contas.

Demonstrações Contábeis: conceitos; balanços orçamentário, financeiro e patrimonial; demonstração das variações patrimoniais.

Receita e Despesa Pública: conceitos; classificações; estágios; receita corrente líquida e regime de adiantamento. Resíduos Ativos e Passivos: aspectos legais e técnicos.

Contabilidade Empresarial:

Teoria Contábil: conceitos, princípios fundamentais, elementos e situações patrimoniais, regimes e métodos contábeis.

Prática Contábil: Escrituração, plano de contas, demonstrações contábeis.

Custos: Conceitos, classificações, Custos com Pessoal, com Material e Gerais; Apuração de Custos e Análise custo-volume-lucro.

Análise de Balanços: Análises de Liquidez, de Rentabilidade e dos Riscos; Alavancagens Financeira, Operacional e Combinada.

Bibliografia

LICHTNOW, Rolf H. **Contabilidade e Administração Pública**. 2. ed. Pelotas: EDUCAT (Editora da Universidade Católica de Pelotas), 2003.

REIS, Heraldo da Costa e MACHADO JR., J. Teixeira. **A Lei 4320 Comentada**. 30. ed. Rio de Janeiro, 2001.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 2001.

DUTRA, René Gomes. **CUSTOS – Uma Abordagem Prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSTITUIÇÕES Federal de 1988 e Estadual de 1989 e Lei Orgânica do Município de Marau – Normas relativas à Administração Pública e ao Processo Orçamentário.

Leis Federais 4.320, de 17 de março de 1964; **6.404**, de 15 de dezembro de 1976; **8.666**, de 21 de junho de 1993; **8.883**, de 08 de junho de 1994; **10.520**, de 17 de julho de 2002 e **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000.

PORTARIAS da Secretaria do Tesouro Nacional, vigentes na data da publicação

1.5. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Concursos C.02/09 a C.06/09- Professores

Programa

Educação e desenvolvimento

Tendências Pedagógicas

Evolução das idéias pedagógicas no Brasil

Planejamento de Ensino: concepções, modalidades, organização da ação pedagógica.

Avaliação Escolar

Ação do Professor: docência e papel social

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9.394/96:

Da Educação (art.1º)

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (arts.2º e 3º).

Do Direito à Educação e do Dever de Educar (art. 4º ao 7º).

Da Organização da Educação Nacional (arts.8º ao 20).

Da Composição dos Níveis Escolares (art.21).

Da Educação Básica (art. 22 a 31).

Do Ensino Fundamental (arts.32 a 34).

Da Educação Especial (arts.58 a 60).

Dos Profissionais da Educação (arts.61 a 67).

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: Parecer CEB/CNE n.º 04/1998)

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal n.º. 8.069/90:

Das Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º).

Dos Direitos Fundamentais:

Direito à Vida e à Saúde (arts.7º a 14).

Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (art. 15 a 18).

Direito à Convivência Familiar e Comunitária – Disposições Gerais (art. 19 a 24).

Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (art. 53 a 59).

Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (art. 60 a 69).

Da Prevenção (art. 70 a 85).

Bibliografia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília,1990.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL/MEC. Parecer CEB/CNE n.º 04/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

BECKER, Fernando. **A Epistemologia do Professor: o Cotidiano da Escola**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. **A História das Idéias Pedagógicas**. 4ed. São Paulo: Ática, 1996. (série educação)

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora- uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública- A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério-2º grau. Série formação do professor).

Concurso C.07/09- Professor de Educação Infantil

Programa

Educação e Educação Infantil: Conceitos, evolução.

Educação Infantil: organização dos espaços, desafios, práticas pedagógicas.

A escola infantil como estrutura institucional: currículo, continuidade, formação de professores.

Interação entre Família e Escola na Educação Infantil.

O desenvolvimento da criança de zero a cinco anos.

Processos de formação pessoal e social na infância.

A criança e o brinquedo.

Os processos de aquisição da escrita.

A Educação Infantil no contexto da legislação brasileira.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9.394/96:

Da Educação (art.1º)

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (arts.2º e 3º).

Do Direito à Educação e do Dever de Educar (art. 4º ao 7º).

Da Organização da Educação Nacional (arts.8º ao 20).

Da Composição dos Níveis Escolares (art.21).

Da Educação Básica (art. 22 a 31).

Do Ensino Fundamental (arts.32 a 34).

Da Educação Especial (arts.58 a 60).

Dos Profissionais da Educação (61 a 67).

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal n.º 8.069/90:

Das Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º).

Dos Direitos Fundamentais:

.Direito à Vida e à Saúde (arts.7º a 14). . Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (art. 15 a 18).

Direito à Convivência Familiar e Comunitária – Disposições Gerais (art. 19 a 24).

Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (art. 53 a 59).

Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (art. 60 a 69).

Da Prevenção (art. 70 a 85).

Bibliografia

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL, **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 1. Brasília: 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 2. Brasília: 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 3. Brasília: 1998.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.14).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. **A História das Idéias Pedagógicas.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1996. (série educação)

ZABALZA, Miguel B. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

2. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DO CONCURSO DE NÍVEL MÉDIO

2.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Estrutura e organização do texto e dos parágrafos. Coesão e coerência textuais. Ponto de vista e argumentos. Inferências. Denotação e conotação. Polissemia e substituição vocabular.

Discurso direto e indireto. Passagem de um tipo de discurso para o outro.

Relação entre fonema e letra. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Emprego de minúsculas e maiúsculas. Estrutura e formação de palavras.

Identificação, emprego e flexão das classes gramaticais. Frase oração, período e seus termos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Coordenação e subordinação. Pronomes relativos. Pontuação.

Bibliografia

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **A nova Gramática do Português contemporâneo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

FERREIRA, Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental.** 27.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

2.2. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO DO SUS

Programa e Bibliografia

Sistema Único de Saúde. Fundamentos Legais; Conceituação básica; objetivos e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão; competências; financiamento; mecanismos de participação e controle social; legislação complementar.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988.**

Título II – Dos direitos e garantias fundamentais

Capítulo II – Dos Direitos Sociais

Título III – Da Organização do Estado.

Capítulo IV – Dos Municípios

Título VIII – Da Ordem Social

Capítulo II – Seguridade Social

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Saúde

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Título I – Das Disposições Preliminares

Título II – Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I – Do Direito à Vida e à Saúde

BRASIL. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõem sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Título I – Disposições Preliminares

Título II – Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I – Do Direito à Vida

Capítulo IV – Do Direito à Saúde

2.3. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LEGISLAÇÃO

Programa e Bibliografia

MARAU. **Lei Orgânica do Município de Marau**, com as alterações das Emendas de números 01 a 11.

MARAU. **Lei Municipal n.º 4.130, de 15 de dezembro de 2007**, que dispõe sobre o Plano Classificado de Cargos e Quadro de Pessoal do Poder Executivo do Município de Marau, com as alterações das Lei Municipais n.ºs **4.219**, de 06 de setembro de 2007; **4.250**, de 21 de novembro de 2007; **4.284**, de 26 de dezembro de 2007; **4.310**, de 17 de abril de 2008 e **4.325** de 14 de maio 2008.

MARAU.

Lei Municipal n.º 1.402, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Marau e dá outras providências, com as alterações ocorridas até setembro de 2008.

2.4. PROGRAMA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Concurso C.08/09- Atendente de Consultório Dentário

Programa

Etiologia de: Cárie dentária; doença periodontal; lesões cancerizáveis; câncer bucal; má oclusão dentária.

Anatomia e fisiologia da cavidade bucal.

Placa bacteriana: identificação, relação com dieta, saliva e flúor.

Instruções básicas de higiene bucal (escovação, uso de fio dental, controle e remoção da placa bacteriana).

Promoção à Saúde: Prevenção e tratamento da cárie dentária, doença periodontal, câncer bucal; e má oclusão dentária;

Educação em Saúde: Fatores determinantes e condicionantes de saúde; aspectos sócio-econômico-culturais em odontologia; saúde bucal e seus aspectos epidemiológicos;

Organização e administração de serviços odontológicos; recursos humanos em odontologia; trabalho em equipe multidisciplinar.

Funções administrativas: participar do planejamento, execução e avaliação de atenção odontológica coletiva.

Trabalho e profissionalização das categorias auxiliares em odontologia: competências.

Política de Saúde Bucal no Brasil (diretrizes e principais estratégias nacionais).

Epidemiologia: participar do planejamento, execução e avaliação levantamentos epidemiológicos.

Difusão dos preceitos de saúde pública odontológica, através de aulas, palestras, escritos.

Conhecimento do sistema de referenciamento e contra-referenciamento para atenção a saúde de maior complexidade

Competência do ACD para abordagem dos problemas de saúde bucal das pessoas: por ciclos de vida, de grupos em condições especiais (gestantes), de pessoas com doenças crônicas (hipertensão, *diabete melitus*, DST/AIDS) e pessoas portadoras de deficiências

Materiais e instrumentais odontológicos: indicação, utilização e manipulação.

Organização e administração da clínica odontológica: emprego dos sistema de informações (SIAB e SIA); agendamento, registro e arquivamento de documentação odontológica (prontuário clínico e exames complementares); controle de insumos.

Controle da Infecção e Biossegurança na prática odontológica.

Princípios de Ergonomia na prática odontológica.

Bibliografia

BARATIERI, L.N. et al. **Odontologia Restauradora- Fundamentos e possibilidades**. São Paulo: Santos-Quintessence, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal**. Disponível em

http://conselho.saude.gov.br/conferencia/Saude_Bucal/Rel_Final_CNSB.pdf .

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: 2004. Disponível em

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf

BUISCHI, Y.P. et al. **Promoção de Saúde Bucal na Clínica Odontológica -EAP-APCD**. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos da Atenção Básica nº 17: Saúde Bucal**. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/dab/caderno_ab.php

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Curricular para Formação do Atendente de Consultório Dentário para Atuar na Rede Básica do SUS**. Brasília. 1998. Vol. 1, Área I, Texto de Apoio: 06. Área II- Textos de apoio de 01 a 12.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Código de Ética Odontológica**. RS, 2006. Disponível em:

http://www.crors.org.br/codigo_etica.pdf

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução CFO 63/2005**- Consolidação das normas para procedimentos nos Conselhos (**Capítulo V**) Disponível em: <http://www.crors.org.br/consolidacao.pdf>

KRIGER, L. et al. **Promoção de Saúde Bucal**- ABOPREV. São Paulo: Artes Médicas, 1997.

PEREIRA, Antônio Carlos et al. **Odontologia em Saúde Coletiva- Planejando ações e Promovendo Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2003, 440p.

PINTO, Vitor Gomes. **A Odontologia Brasileira às vésperas do ano 2000- diagnóstico e caminhos a seguir**. São Paulo: Santos, 1993. p 192.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Saúde do Estado. **Norma Técnica de Biossegurança em Estabelecimentos Odontológicos e Laboratórios de Prótese Dentária no RS**. 2001. Disponível em:

<http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=organograma&cod=6889>

THYLSTRUP, A; FEJERSKOV, O. **Cariologia clínica**. 3. ed. São Paulo: Santos, 2001. 421 p.

3. PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS DO CONCURSO DE NÍVEL FUNDAMENTAL

3.1. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Programa

Interpretação de texto.

Sinônimos e antônimos.

Ortografia: emprego das letras; acentuação gráfica; uso dos porquês.

número; pronome: emprego dos pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos; verbo: flexões verbais (número, pessoa, tempo, modo), vozes do verbo; advérbio; preposição; conjunção coordenativa e subordinativa; numeral.

Sintaxe: sujeito; predicado; complementos verbais; objeto direto e objeto indireto; adjunto adverbial; concordância verbal e nominal; regência verbal; crase.

Pontuação: Vírgula; ponto-e-vírgula; dois pontos; ponto final.

Morfologia: substantivo: gênero e número; adjetivo: gênero, número e grau; artigo: gênero e número.

Bibliografia

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática essencial**. São Paulo: Scipione.

TERRA, Ernani. **Minigramática**. São Paulo: Scipione.

3.2. PROGRAMA DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Processo Seletivo Público C.09/09 e C.22/09- Agente de Comunitário de Saúde

Programa e Bibliografia

Sistema Único de Saúde. Fundamentos Legais; Conceituação básica; objetivos e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão; competências; financiamento; mecanismos de participação e controle social; política nacional de atenção básica; legislação complementar.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**.

Título II – Dos direitos e garantias fundamentais

Capítulo II – Dos Direitos Sociais

Título III – Da Organização do Estado.

Capítulo IV – Dos Municípios

Título VIII – Da Ordem Social

Capítulo II – Seguridade Social

Seção I – Disposições Gerais

Seção II – Da Saúde

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Título I – Das Disposições Preliminares

Título II – Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I – Do Direito à Vida e à Saúde

BRASIL. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõem sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Título I – Disposições Preliminares

Título II – Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I – Do Direito à Vida

Capítulo IV – Do Direito à Saúde

BRASIL. **Lei 11.350**, de 05 de outubro de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PORTARIA 648**, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).